

# Brasil quer a prorrogação do prazo para pagamento dos juros

por Jurema Boesse  
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega anunciou, na última sexta-feira, véspera de sua viagem ao México e Estados Unidos, que além da prorrogação do prazo de acesso aos US\$ 600 milhões referente à terceira tranche do total de US\$ 5,2 bilhões obtidos junto aos bancos no ano passado, o Brasil irá negociar uma parcela adicional de pagamento de juros que seria sacada do nível de reservas do País.

Embora o Brasil esteja solicitando o adiamento para janeiro do direito de saque da parcela de US\$ 600 milhões, não significa que o pagamento de juros, a ser feito com a utilização das reservas brasileiras, só ocorra em janeiro. "Até janeiro é um prazo de segurança, para que tenhamos

uma boa margem de manobra.

Porém, se o Brasil fechar um acordo com o Fundo em setembro, por exemplo, poderemos sacar imediatamente a parcela". O pagamento adicional de juros, que viria das reservas, explicou o ministro da Fazenda, só ocorrerá se "houver uma recuperação satisfatória do nível de reservas, um nível que assegure tranquilidade ao comércio exterior e que elimine expectativas desfavoráveis".

O ministro da Fazenda explicou que esta última parcela de US\$ 600 milhões é a única tranche que está vinculada à obtenção de um desempenho favorável de metas junto ao FMI. As duas primeiras, que totalizaram US\$ 4,6 bilhões foram liberadas sem o fechamento de um acordo junto ao Fundo. Pelas regras estabelecidas, se este acordo não fosse fechado até o fi-

nal deste mês, explicou, o País perderia o direito de sacar essa tranche.

Por enquanto, acrescentou o ministro, "ainda não tivemos nenhuma reação do Fundo, ainda não temos expectativa de fechamento do acordo. Será difícil, salientou, mas acredito que há margem para um acordo provisório." Na sua valiação, a presença do ministro da Fazenda nas negociações, a partir da próxima semana, deverá acelerar os entendimentos em busca de um acordo. A idéia, reiterou, "é obter um acordo provisório com um período curto suficiente para cobrir até o mês de março, quando termina o atual governo".

Segundo o ministro da Fazenda, a obtenção de um acordo funcionará como um elemento criador de expectativas positivas que, certamente, abrirá a possibilidade de negociação pa-

ra liberação de recursos por parte do Banco Mundial e de outras fontes oficiais de crédito. Ao confirmar que realmente o Brasil não pagou a parcela de US\$ 1,6 bilhão de juros que teria que pagar na última sexta-feira, o ministro da Fazenda explicou que esta atitude não implicará maiores dificuldades para o fechamento de um acordo com o Fundo. "Na medida em que está claro que o não pagamento dos juros não significou uma atitude de confrontação, e nem o interesse do País de acumular atrasos, e sim uma dificuldade de caixa, não será um novo obstáculo." E o pagamento de juros será retomado assim que as reservas atingirem um nível satisfatório.

O ministro viaja neste sábado para o México, e em seguida para os Estados Unidos, onde no dia 21 terá encontros com banqueiros.